

Os ENEJA's como lugar de debate para EJA ¹**The ENEJA's as a place of debate for EJA****Las ENEJA como lugar de debate para EJA**DOI [10.29327/2283270.1.4-8](https://doi.org/10.29327/2283270.1.4-8)*Marco Antônio Ribeiro Merlin²***Artigo Científico****Linha de Pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores****Resumo**

O artigo tem como objetivo apresentar os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA's) como processo de discussão para Educação de Jovens e Adultos (EJA). A fim de alcançar o objetivo proposto foi necessário explicitar o conceito de Políticas Públicas, e para isso foram utilizados autores como Saviani (2016) e Haddad e Di Pierro (2014). A pesquisa foi desenvolvida mediante a análise de documentos, tais como relatórios dos ENEJA's e os Planos Nacionais de Educação, aprovados em 2001 e 2014. O texto se divide em dois momentos no primeiro será apresentada a trajetória do PNE de 2001 até 2014, após isso serão expostos elementos que destacam a importância dos ENEJA's nas discussões que, muitas vezes, acabam por resultar nas metas e estratégias do atual Plano Decenal. Como resultado considerou-se que as discussões realizadas nos encontros, fóruns tanto regionais como municipais corroboram para um olhar mais atento para EJA, atendendo as demandas das práticas pedagógicas, que por sua vez interferem diretamente na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos do processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação (PNE); Educação de Jovens e Adultos (EJA); ENEJA's.

Abstract

The article aims to present the National Meetings of Youth and Adult Education (ENEJA's) as a discussion process for Youth and Adult Education (EJA). In order to achieve the proposed objective, it was necessary to

¹ Texto adaptado a partir do capítulo "Plano Nacional da Educação, Metas e Estratégias para EJA", da dissertação intitulada "Educação de Jovens e Adultos em Municípios da Região Metropolitana de Curitiba: estudo a partir do plano nacional de educação 13005/2024 e planos municipais", defendida no ano de 2022.

² Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, como bolsista CAPES/PPGE, Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2022), especialista em Educação Inclusiva (2017), pelo Centro Universitário Uniandrade e no Ensino da Arte pela Faculdade Anchieta, especialista em Docência no Ensino Superior (2021), pelo Centro Universitário UNIFACEAR. Graduado em História (2016) e Pedagogia (2018), ambos pela Universidade Tuiuti do Paraná e Processos Gerenciais (2022) pelo Centro Universitário UNIFACEAR. Atualmente é coordenador dos cursos de pós-graduação e professor do Campos Universitário UNIFACEAR e leciona a disciplina de história e filosofia no ensino público/privado de Curitiba. Também é professor de disciplinas de graduação e pós-graduação Lato Sensu, dos cursos relacionados a educação. Além disso, participa do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP), vinculado ao Programa de Pós Graduação da Educação (PPGED), da Universidade Tuiuti do Paraná. marcoantoniormerlin@gmail.com.

explain the concept of Public Policies, and for that, authors such as Saviani (2016) and Haddad and Di Pierro (2014) were used. The research was developed through the analysis of documents, such as ENEJA's reports and National Education Plans, approved in 2001 and 2014. elements will be exposed that highlight the importance of the ENEJA's in the discussions that, many times, end up resulting in the goals and strategies of the current ten-year Plan. As a result, it was considered that the discussions held in the meetings, both regional and municipal forums, corroborate a more attentive look at EJA, meeting the demands of pedagogical practices, which in turn directly interfere in the improvement of the quality of life of the subjects of the process of learning.

Keywords: National Education Plan (PNE); Youth and Adult Education (EJA); ENEJA's.

Resumen

El artículo tiene como objetivo presentar los Encuentros Nacionales de Educación de Jóvenes y Adultos (ENEJA) como un proceso de discusión para la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Para lograr el objetivo propuesto fue necesario explicar el concepto de Políticas Públicas, y para ello se recurrió a autores como Saviani (2016) y Haddad y Di Pierro (2014). La investigación se desarrolló a través del análisis de documentos, como los informes de la ENEJA y los Planes Nacionales de Educación, aprobados en 2001 y 2014. Se expondrán elementos que resaltan la importancia de las ENEJA en las discusiones que, muchas veces, terminan desembocando en las metas y estrategias del actual Plan decenal. Como resultado, se consideró que las discusiones realizadas en los encuentros, tanto foros regionales como municipales, corroboran una mirada más atenta a la EJA, atendiendo a las exigencias de las prácticas pedagógicas, que a su vez interfieren directamente en la mejora de la calidad de vida de los los sujetos del proceso de aprendizaje.

Palabras clave: Plan Nacional de Educación (PNE); Educación de Jóvenes y Adultos (EJA); de ENEJA.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar os encontros nacionais de educação de jovens e adultos (ENEJA's) como processo de discussão da educação de jovens e adultos (EJA).

Para atingir o objetivo proposto, foi necessário conhecer os conceitos que sustentam o trabalho de pesquisa, que por sua vez foram considerados os princípios conceituais apresentados por autores como Saviani (2016), que considera que uma mobilização intencional de serviços na educação que estruturam uma base atuante, como um desenvolvedor de uma base educacional coerente. Sendo nelas discutidas propostas, que podem virar normativas e devem ser comuns a toda federação e seus participantes.

O estudo foi desenvolvido por meio da análise de documentos como relatórios do ENEJA e planos educacionais aprovados em 2001 e 2014. Elementos que enfatizam a importância do ENEJA aparecem frequentemente na discussão que leva ao alcance das metas e estratégias para o atual Plano Decenal.

Como resultado, concluiu-se que as discussões realizadas em reuniões e fóruns regionais e municipais subsidiam um estudo mais aprofundado da educação de jovens e adultos, atendendo às exigências das práticas pedagógicas, que por sua vez subsidiam o aprofundamento da educação de jovens e adultos afeta diretamente sua melhoria de qualidade sobre a vida dos alunos.

SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2001 – 2014: EJA E POLÍTICAS

A trajetória do PNE de 2001 até 2014, será apresentada neste momento e após isso tratar-se-á da importância dos ENEJA's nas discussões que, muitas vezes, resultam nas metas e estratégias do atual Plano Decenal.

O reflexo do que foi apresentado nos documentos foi a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Este já havia sido mencionado na década de 1930, mas foi apenas em meados de 1990, na era FHC, que o “plano se transmutou em instrumento de introdução da racionalidade financeira na educação” (SAVIANI, 2016, p. 10). Dentre as discussões apresentadas durante a elaboração do documento, qual espaço a EJA ocupava, quais avanços e retrocessos existiam na modalidade durante o processo? Haja vista que a EJA, já era exposta como fator preocupante para o processo desenvolvimentista brasileiro no início do século XX.

Neste momento do trabalho buscar-se-á expor a problematização sobre o PNE do decênio 2001/2011, por meio de discussões e fóruns que refletiram no documento final.

No 1º semestre de 1997, o Ministério da Educação (MEC) apresentou um documento intitulado como “Plano Nacional de Educação (Proposta inicial dos procedimentos a serem seguidos)”. Em seu tópico I, o documento reproduz as disposições legais relativas ao PNE contidas na Constituição Federativa de 1988, na LDB 9.394/96 e na Lei n. 9131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação, como o conhecemos hoje. No tópico seguinte é apresentada a “estratégia para elaboração do PNE”, e por fim, expõe-se a sistemática do trabalho, esta iniciada por interlocutores, além de reuniões previstas e o modo de contribuição para cada um dos itens do PNE.³

³ I - Educação Infantil e Ensino Fundamental; II - Ensino Médio; III - Ensino Superior; IV - Educação Tecnológica e Formação Profissional; V - Educação Especial; VI - Educação Indígena; VIII - Formação de

Mesmo com as normativas apresentadas no documento, no ano 1999 realizou-se o I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), este ocorreu no SESC/Rio de Janeiro, no período de 8 a 10 de setembro de 1999. Nele foram debatidos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação, em nome do governo brasileiro, em encontros internacionais, desde a Conferência de Educação para Todos, em Jomtien/Tailândia -1990, e pela iniciativa de organizações tais como representações nacionais da UNESCO e do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), mais CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), MTB (Ministério do Trabalho e Emprego) e SESI (Serviço Social da Indústria). No segundo momento deste capítulo buscar-se-á tratar dos ENEJA's como espaços de discussão para EJA.

Os fóruns de discussões são relevantes para que o processo de elaboração do documento seja realizado de forma que cumpra o que instituiu a LDB 9.394/96, em seu artigo 87. Nele determina-se um prazo de dez anos após a aprovação, isto caminha em conjunto com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁴. Considerando que a publicação da LDB se deu em 23 de dezembro de 1996, o projeto do PNE deveria ser encaminhado até 23 de dezembro de 1997, no entanto, isso não ocorreu, atrasando o processo determinado pelo documento.

Após as discussões, ajustes foram realizados na Câmara dos Deputados em 9 de janeiro de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 10.172, responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Sobre a compreensão de Fernandes (2015) as políticas executadas durante os anos de 1990 podem ser versadas no “contexto de reestruturação do capitalismo mundial e de seus desdobramentos dos quais se destacam as alterações no modelo do Estado e no padrão produtivo” (FERNANDES, 2015, p. 13).

Professores; VIII - Educação de Jovens e Adultos e erradicação do analfabetismo; IV - Educação a Distância.

⁴ Educação para Todos: O objetivo da Declaração Mundial sobre Educação para Todos é satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

Em conformidade ao processo de reforma do Estado da década de 1990 e seus desdobramentos para a gestão da educação no Brasil, Fernandes (2015) caminhou com a primeira ideia de elaboração de um Plano Nacional para Educação em 1932. Nele expõe-se que a aprendizagem tem um formato utilitarista, buscando meios de alcançar metas impostas de forma sub-reptícia pelo capitalismo para o desenvolvimento econômico do país.

Isso acaba se refletindo nas políticas e discussões que iniciam no começo dos anos 2000, já no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre elas, as que se tornam frequentes são as do financiamento da modalidade EJA, esta que é realizada em sua maioria pelos sistemas de ensino estaduais e municipais. Segundo Machado (2011), a distribuição de atribuições do aporte financeiro da EJA pelos sistemas de educação é realizada da seguinte maneira: “o primeiro segmento, anos iniciais do ensino fundamental cuja alfabetização é a primeira fase, fica a cargo no município; o segundo segmento, anos finais do ensino fundamental, e o terceiro segmento, ensino médio, são de responsabilidade dos estados” (MACHADO, 2011, p. 15). Sendo assim, a junção de políticas nacionais que orientem os Planos Estaduais de Educação e os Planos Municipais, sem retirar a autonomia de cada uma das instâncias, é fundamental para a melhoria da modalidade no país.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEF), aprovado pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, direcionou quinze por cento da receita de cada Estado e do Distrito Federal para financiar exclusivamente o ensino fundamental (BRASIL, 2020, p. 1). O FUNDEB aprovado em 1997 vigorou até 2007, o fundo limitava-se ao ensino fundamental deixando de lado outras etapas da educação básica, além da modalidade EJA. Sem os investimentos realizados pelo fundo, as metas e estratégias apontadas pelo PNE, que vigorou através da Lei 10172/2001⁵, não puderam ser alcançadas em sua totalidade ou encontraram dificuldades para serem objetivadas.

Como exposto anteriormente, os fóruns e encontros nacionais, regionais e municipais são necessários para a criação ou desenvolvimento de debates que resultem

⁵ Lei 10172/2001: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

em políticas e leis para melhoria do sistema educacional brasileiro. No ano de 2010 foi realizada a CONAE, que problematizava a construção do sistema nacional de educação.

Foi com base nas discussões desse evento, que ocorreu a elaboração do projeto do novo PNE que seria aprovado no ano de 2014. Foi, o então ministro da Educação Fernando Haddad, que enviou a proposta do plano ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que por sua vez, encaminhou ao Congresso Nacional em 15 de dezembro, tendo identificado na Câmara como PL 8.035/2010.

Considera-se que o marco da elaboração do PNE - 13005/2014 ocorreu na Conferência Nacional de Educação (CONAE), que aconteceu no ano de 2010. Este teve como tema central: “Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. Este evento cumpria o que foi definido na Conferência Nacional de Educação dois anos antes, isto é, em 2008.

As discussões iniciadas no CONAE em 2010 foram antecipadas através de discussões intermunicipais, distritais e estaduais. O suporte das discussões se deu através de dois documentos intitulados como “Reflexões sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação”, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e “Educação e Federalismo no Brasil”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.

O resultado das discussões resultou em tensões que são retratadas por Abicalil (2013) da seguinte maneira:

Não será demasiado lembrar que há uma riqueza vocabular e proximidade etimológica muito expressiva em torno do verbo conferir: inferir, interferir, aferir, auferir, diferir, deferir, preferir, proferir, referir. A Conferência constituiu-se, assim, como um fato social e político que aglutinou, catalisou, amalgamou a realização de todas essas expressões da sensibilidade humana motivada pelo mesmo fenômeno: a educação escolar brasileira (ABICALIL, 2013, p.14)

Considerando as conferências e fóruns de discussão como uma expressão apresentada por Abicalil (2013), se expressa a definição de Saviani (2016), que leva em conta uma mobilização intencional de serviços na educação que estruturam uma base atuante, como um desenvolvedor de uma base educacional coerente. Sendo nelas

discutidas propostas, que podem virar normativas e devem ser comuns a toda federação e seus participantes.

O CONAE (2010), como uma dessas conferências, apresentou, depois de intensa discussão, cinco desafios que deveriam ser enfrentados pelo Estado e sociedade brasileira, a saber:

(a) Construir o Sistema Nacional de Educação, responsável pela institucionalização da orientação política comum e do trabalho permanente do Estado e da sociedade para garantir o direito à educação. (b) Promover de forma permanente o debate nacional, estimulando a mobilização em torno da qualidade e valorização da educação básica, superior e das modalidades de educação em geral, tendo como princípio os valores da participação democrática dos diferentes segmentos sociais. (c) Garantir que os acordos e consensos produzidos na CONAE redundem em políticas públicas de educação, que se consolidarão em diretrizes, estratégias, planos, programas, projetos, ações e proposições pedagógicas e políticas, capazes de fazer avançar a educação brasileira de qualidade social. (d) Propiciar condições para que as referidas políticas educacionais promovam: o direito do estudante à formação integral com qualidade; o reconhecimento e a valorização à diversidade; a definição de parâmetros e diretrizes para a qualificação dos profissionais da educação; o estabelecimento de condições salariais e profissionais adequadas e necessárias para o trabalho dos docentes e funcionários; a educação inclusiva; a gestão democrática e o desenvolvimento social; o regime de colaboração, de forma articulada, em todo o País; o financiamento, o acompanhamento e o controle social da educação; e a instituição de uma política nacional de avaliação no contexto de efetivação do Sistema Nacional de Educação. (e) Indicar, para o conjunto das políticas educacionais implantadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, que seus fundamentos estão alicerçados na garantia da universalização e da qualidade social da educação em todos os seus níveis e modalidades, bem como da democratização de sua gestão. (CONAE, 2010, p. 14-15).

Buscando o enfrentamento dos desafios apresentados pela CONAE (2010), o PNE 2014/2024, busca o direcionamento de políticas públicas, para evitar uma possível fragmentação de gestão pública educacional no país. Entre elas apresentam-se os conflitos sobre o financiamento da educação, sobre ele, o relatório final da CONAE (2010), indicava a necessidade de ampliar o investimento em educação 7% do PIB, já no primeiro ano de vigência do plano, considerando que este fosse imediatamente aprovado e com o início em 2011.

Depois de quase cinco anos de discussão no dia 25 de julho de 2014, a então Presidente Dilma Roussef sancionou a Lei 13005/2014, que aprova o novo PNE 2014/2024. Ele apresenta 20 metas e 253 estratégias para o setor educacional, estas

deverão ser cumpridas até o ano de 2024. Cumprindo assim uma indicação legal prevista, como visto anteriormente, na Constituição de 1988 e reforçada pela LDB 9394/96.

Durante o processo de elaboração do PNE, que resultou na lei 13005/2014, surgiram conflitos em torno de temas transversais. Essas tensões são abordadas por Silva (2014). A autora realizou uma pesquisa, em que investigou os atores sociais que participaram do processo de elaboração do documento. Através disso, ela “identificou-se então, que os principais conflitos foram em torno do financiamento da educação, das relações entre os segmentos públicos e privados de educação, da educação especial e a inclusão da pessoa com deficiência, da educação a distância, das questões de gênero e da diversidade” (SILVA, 2014, p.72).

Ainda na visão de Silva (2014), considera-se que o financiamento suscitou entre os atores sociais entrevistados, o maior número de referência retratando a realidade da tramitação do projeto de lei do 8.035/2010, o qual convocou cinquenta e duas audiências públicas com os diferentes segmentos sociais para tratar dos temas de interesse. Isso demonstra como evidenciado neste capítulo, o financiamento do sistema educacional brasileiro ainda foi, e possivelmente será motivo de debate em todas as etapas e modalidades da educação.

O debate sobre a educação especial e inclusiva recai novamente sobre as condições de atendimento e formação de professores nas escolas regulares, ainda segundo Silva (2014), a paralela de escolas especiais com direito a receber recursos públicos acaba sendo fundamental para o processo de elaboração de um plano nacional. Isto pode ser visto como fator de tensão para educação a distância, buscando a qualidade tanto no ensino público quanto no privado, bem como a preocupação com a expansão majoritária pela via do ensino privado, para Silva (2014) a “qualidade da formação de professores por essa modalidade de ensino é questionada e reflete-se nas discussões sobre regulação e avaliação da educação a distância” (SILVA, 2014, p. 75).

A luta pela inserção de políticas públicas que abarquem grupos minoritários é algo que se apresenta no processo educacional a todo instante. Os movimentos sociais que lutam pelo direito da igualdade e diversidade também são apontados nas questões referentes às relações étnico-raciais (indígenas e afrodescendentes) e da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).

Como apresentado durante o primeiro momento deste capítulo, as discussões e debates tornam-se relevantes para o processo de elaboração de propostas para futuras políticas públicas. Para que isso ocorra são necessários encontros, por meio de conferências e fóruns, sejam federais, estaduais ou municipais. Os encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos são considerados eventos de extrema relevância para essas discussões.

ENEJA's: LUGAR DE DEBATE SOBRE A EJA

Os espaços de discussões e debates são fundamentais para o processo constitutivo de normativas, leis e políticas públicas para a sociedade. Em relação ao âmbito educacional aplica-se a mesma premissa, pois são através de encontros nacionais, estaduais e municipais, cujos debates evidenciam aspectos que devem ser aperfeiçoados ou inseridos no cotidiano político.

Nos anos 1990 evidenciou-se a aprovação de documentos relevantes para o processo educacional brasileiro. Dentre eles, a LDB 9394/96, cujos artigos 37 e 38 tratam da EJA.

Segundo Souza (2012, p. 52) “num cenário em que a EJA ganhava força na esfera internacional, no país são desenvolvidas iniciativas como os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA'S)”.

Num cenário de desenvolvimento de campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos, vale mencionar o que se concretiza como um dos espaços públicos de debate das experiências de EJA no Brasil, os ENEJA's. Os encontros são realizados desde o ano de 1999. Estes caminham em conjunto com os fóruns estaduais da EJA e neles encontram-se professores da EJA; estudantes; instâncias governamentais e sindicais; movimentos sociais; universidades e organizações não governamentais.

No quadro 2, apresentam-se todas as edições da Conferência Nacional. Foram realizadas 16 edições no total. Cada um desses eventos tem um tema específico que circunda os debates apresentados durante a conferência. Aqui se tratará de algumas edições que pautaram a elaboração das metas da EJA nos PNE's, tanto de 2001 quanto os de 2014.

Quadro 2. ENEJA's Nacionais

EDIÇÃO	ANO	LOCALIDADE	TEMA
I	1999	Rio de Janeiro	Articulando atores e definindo responsabilidades
II	2000	Campina Grande (PB)	Articulando atores e definindo responsabilidades
III	2001	São Paulo	Divisão de responsabilidades entre os organismos governamentais das três esferas administrativas e as organizações da sociedade civil para a consecução das metas relativas à educação de pessoas jovens e adultas previstas no Plano Nacional de Educação
IV	2002	Belo Horizonte	Conjuntura nacional e internacional delicada, de mudanças e incertezas que estão e continuarão tendo fortes reflexos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
V	2003	Porto Alegre	Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e continuidade
VI	2005	Distrito Federal	Diversidade na EJA: papel do Estado e dos movimentos sociais nas Políticas Públicas
VIII	2006	Recife	EJA – uma política de Estado: avaliação e perspectivas
XIX	2007	Pinhão	A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas da EJA
X	2008	Rio das Ostras	História e memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos
XI	2009	Belém do Pará	A EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta
XII	2011	Salvador	Política Pública da EJA: da IV CONFINTEA ao Plano Nacional de Educação (2011 a 2020)
XIII	2013	Natal	Políticas Públicas em EJA: conquistas, comprometermos e esquecimentos
XIV	2015	Goiânia	Princípios da educação popular, lutas políticas e planos de educação
XV	2017	Petrolina	A EJA na atual conjuntura política econômica e social: desafios e possibilidades de luta
XVI	2019	Belo Horizonte	Educação de Qualidade Social como Direito de Trabalhadoras e Trabalhadores

Fonte: ENEJA's Nacionais. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/book/export/html/966>> Acesso em: 21 abr. 2021.

A primeira conferência foi realizada no ano de 1999, cujo tema central “Articulando atores e definindo responsabilidades”, como exposto no quadro 1. O encontro seguinte realizado em Campo Grande aconteceu no ano 2.000. Sendo que na II ENEJA foi um desdobramento do primeiro encontro ocorrido no ano anterior.

A ampliação de parcerias em diferentes projetos educacionais e conceitos de alfabetização, além de articular os diversos fóruns estaduais e regionais dedicados ao tema, sendo vistos como centrais de ambos os encontros.

No ano de 2002, objetivando a melhoria da EJA, aprovou-se no dia 14 de agosto, a Portaria n. 2.270 do Ministério da Educação. Esta instituiu o Exame Nacional para

Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Considera-se que este é um “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em nível do ensino fundamental e do ensino médio” (BRASIL, 2002). A política pública elaborada pelo Governo Federal tem como objetivos ser uma alternativa aos exames supletivos aplicados nos Estados como forma de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, colaborando para a correção do fluxo escolar, isto possibilitou o possível avanço no rastreo e monitoramento da qualidade do ensino da modalidade EJA no país.

Sobre os avanços em políticas públicas apresentadas no Brasil em meados do século XX e início do XXI, evidenciam-se acordos internacionais, que gradativamente foram sendo impostos ao país, isto devido a sua relevância em nível mundial que ganhava paulatinamente o cenário internacional. A esse respeito, Haddad e Di Pierro (2015, p. 45) afirmam:

As metas internacionais associadas a esses acordos direcionam a cooperação internacional bilateral e multilateral, estimulando governos nacionais a perseguir os compromissos para acessar tais recursos, responder às pressões ou evitar sanções externas. Quase sempre os principais motores da mudança são domésticos, resultados da pressão das sociedades nacionais, mas as iniciativas internacionais são fatores de segunda ordem que podem influenciar as decisões políticas. Declarações globais podem suscitar declarações nacionais, regionais e locais. Por outro lado, a comparação com outros países pode fornecer argumentos para a advocacia por direitos e o exercício da pressão política.

A afirmação dos autores dialoga com a trajetória da EJA no país, pois esta modalidade é bastante marcada por programas governamentais, “campanhas e movimentos sociais, parcerias, organização de espaços públicos para o debate [...] a exemplo dos ENEJA's, dos fóruns e encontros estaduais, entre tantas outras ações da sociedade civil e do poder público” (SOUZA, 2012, p. 55).

No ano de 2009, o Brasil sediou a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA). O evento aconteceu na cidade de Belém, no estado do Pará. Em seu documento final apresentaram-se três pontos que são destacados como fundamentais para a melhoria de atendimento ao público relacionado à modalidade. São eles:

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**Volume 1, Número 4, Ano: 2023, ISSN: 2764-0337**

- O reforço de políticas públicas de educação de jovens e adultos;
- A necessidade de se aumentar o financiamento da área;
- Estreitar as parcerias entre governos e sociedade civil para melhorar a qualidade da educação.

Estes pontos foram levados para discussão no XII ENEJA realizado em Salvador no ano de 2011. O evento teve como tema central a “Política Pública da EJA: da IV CONFINTEA ao Plano Nacional de Educação (2011 a 2020)”. Em uma das mesas redondas apresentou-se o Projeto de Lei (PL) 8035/2010, evidenciado no primeiro momento deste trabalho. Apresentaram-se as metas específicas para modalidade EJA abarcadas no referido Projeto de Lei.

Além disso, o evento demonstrou, em uma das mesas redondas, a exposição de avanços quantitativos, ou seja, de matrículas até aquele momento. Tais avanços nas inscrições para modalidade EJA andaram em conjunto com os investimentos educacionais, que aumentou desde o início dos anos 2.000, chegando entre 7.0% a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (INEP, 2021).

Em 2019, foi realizado em Belo Horizonte, o último XVI ENEJA, cujo relatório final ficou registrado o processo de luta frequente da modalidade EJA. Parafraseando Paiva; Haddad e Soares (2019, p. 3) uma série de acontecimentos, que resultaram na eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, levaram à falta de investimentos na modalidade EJA. A menção a esse fato não seria de preocupação, se as instituições brasileiras fossem sólidas e garantissem que políticas estabelecidas em governos anteriores, frutos de ampla discussão com a sociedade, tivessem asseguradas a permanência e a continuidade, sendo aprimorado ao longo de novas gestões, o que não se aplica à EJA.

O contraste entre os avanços nas discussões realizadas no início dos anos 2.000 para o último evento é evidente. Na edição anterior da Conferência, a XV ENEJA, realizada em Petrolina, as discussões permeavam a ampliação da oferta da EJA presencial.

As discussões acabaram sendo levadas à XVI ENEJA, em Belo Horizonte, em que buscaram a revogação imediata do parágrafo 5º do artigo 17, da Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 3, de 21 de novembro de 2018.

As discussões dos fóruns e ENEJA's acabam por resultar em uma qualidade de ensino, que possivelmente é fruto de políticas públicas inspiradas nesses debates. Junto a isso se apresenta a necessidade de melhoria do currículo do sujeito da EJA, este acaba por apresentar a necessidade de aperfeiçoamento em sua titulação educacional para o avanço econômico. Em 2019, segundo dados do INEP, o ENCEEJA registrou um aumento de 75% de inscrições do que no ano anterior para realização da prova e, isso se deu segundo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Alexandre Ribeiro Lopes em pronunciamento oficial em 2019 aponta três fatores: a maior divulgação da prova; apoio das secretarias estaduais de educação e a busca de certificação para melhorar as condições de emprego.

Segundo o Relatório do XVI ENEJA no ano de 2017, a “luta” foi marcada:

[...] para que a EJA ficasse de fora da Base Nacional Curricular Comum, em 2019, lutamos pela construção de princípios curriculares realizados democrática e colaborativamente, por meio de indução de estados, municípios e Distrito Federal para efetivar a elaboração de uma Política Pública de EJA a partir da discussão de um Documento que reúna contribuições do Plano Nacional de Educação – PNE - Lei 13.005/2014. (ENEJA, 2020, p. 5)

O que se apresentou no relatório versa com os dados apresentados pelo INEP em 2019 ao tratar do diálogo frequente entre estados, municípios e Distrito Federal, assim a aplicação de políticas públicas torna-se mais efetiva, como citado o PNE 2014/2024, que vigora através da Lei 13.005/2014, conta com metas e estratégias que buscam responder as demandas colocadas em debate nos ENEJA's.

Em 2014 foi aprovado através da Lei 1305/2014, o PNE 2014/2024. Um ano antes, os debates sobre as políticas públicas para a modalidade EJA foram tema do ENEJA XIII, este foi intitulado como “Políticas Públicas em EJA: conquistas, comprometimentos e esquecimentos”. O encontro foi realizado na cidade de Natal e, em seu relatório final, destacou-se que o evento foi proveitoso, mas faltaram espaços para reflexão sobre o espaço da EJA nas políticas públicas (ENEJA, XIII, 2013, p. 75).

No ano de 2015, o XIV Encontro, realizado em Goiânia, teve como tema “Princípios da educação popular, lutas políticas e planos de educação” e realizou por meio de palestras e discussões em mesas redondas uma reflexão acerca das lutas que resultaram no PNE, aprovado no ano anterior.

Considerações Finais

Os sujeitos da EJA são diferenciados, pois apresentam uma bagagem de vida que se reflete na aprendizagem escolar. Por conta disto, torna-se fundamental que o trabalho desenvolvido na EJA seja diversificado, tendo atenção especial por parte dos educadores. No entanto, para isso, devem ser elaboradas políticas públicas, que possibilitem o acesso de jovens e adultos a esta modalidade educacional, além, é claro, de proporcionar melhorias desde a formação docente até as instalações físicas que atenderão a EJA. Para isso, os encontros e discussões se tornam indispensáveis para isso. É o caso dos ENEJA's, apresentados neste texto.

Como resultado da pesquisa considerou-se que as discussões realizadas nos encontros, fóruns tanto regionais como municipais corroboram para um olhar mais atento para EJA, atendendo as demandas das práticas pedagógicas, que por sua vez interferem diretamente na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos do processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11697144/artigo-1-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 30 jan. de 2023.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 de fev. 2023.

BRASIL. Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 10 jan 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm#:~:text=e%20Metas1-,de%204%20e%205%20anos. Acesso em: 15 Fev. 2023

DI PIERRO, M. C. ; HADDAD, Sérgio . **Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio**: uma análise das agendas nacional e internacional. Cadernos CEDES , v. 35, p. 197-217, 2015

MEC. Conferência Nacional de Educação (CONAE). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. **Documento Final**. Brasília (DF): MEC, 2010. Disponível em: 94 <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/doc_base_conae_revisado2_sl.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

POLÍTICA PÚBLICA DA EJA: DA IV CONFINTEA AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011 A 2020). XII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. **Relatório**. Salvador, 2011.

III Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA. III Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA. 2001

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024)**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2016.

SILVA, Carmen Luiz da Silva. Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024: evidências da conciliação política. **Tese** (Doutorado em Educação) Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Curitiba, 2014, p.146.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

NOTA:

O autor foi responsável pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 25/02/2023

RECEIVED: 25/02/2023

CIBIDO: 25/02/2023

APROVADO:12/07/2023

APPROVED: 12/07/2023

APROBADO: 12/07/2023